



Educação Ambiental: Perspectivas Históricas e Pedagógicas

Environmental Education: Perspectives Historical And Educational

Abraão Vitoriano de Sousa

Graduado em Pedagogia pelo ISEC – CESSF Cajazeiras – PB e em Letra pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor da Faculdade São Francisco da Paraíba e da educação básica (Cajazeiras – PB), E-mail: abraaovitoriano@hotmail.com

Sara Vitoriano de Sousa

Formada em Geografia (UFCG), especialista em Planejamento e Gestão (FASP), mestre em Ciências da Educação (UTIC). Professora da Faculdade São Francisco da Paraíba e da educação básica (Santa Helena – PB), E-mail: saravitoriano@hotmail.com

Symara Abrantes Albuquerque de Oliveira Cabral

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras – PB; Pós-graduanda no Mestrado Profissional em Sistemas Agroindustriais – UFCG, Pombal – PB; E-mail: symara_abrantes@hotmail.com

Maria Carmem Batista de Alencar

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras – PB; Pós-graduanda no Mestrado Profissional em Sistemas Agroindustriais – UFCG, Pombal – PB; E-mail: symara_abrantes@hotmail.com

Belijane Marques Feitosa

Formada em Pedagogia (UFPB), Mestre em Educação (UFPB). E-mail: belimare.pb@gmail.com

Patrício Borges Maracajá

Doutor Engenheiro Agrônomo pelo Universidad de Córdoba – Espanha; Docente da Universidade Federal de Campina Grande, Pombal – PB;

Resumo: a questão ambiental deixou de ser uma preocupação de poucos, já que está determinando cada vez mais a vida das pessoas e o destino do planeta, neste sentido, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica e pura, que teve como conclusões o fato de que o modo pontual como a educação ambiental tem sido incorporada na escola pouco contribuirá para a construção de uma prática educativa transformadora, crítica e emancipatória, a que se propõem as diferentes correntes progressistas da educação ambiental. Isso se dá porque, na maioria das vezes, os trabalhos voltados à temática ambiental ficam apenas no campo das ideias, em vez de ser o fio condutor na mudança do currículo escolar e, posteriormente, no modo de ver o homem e suas relações com o meio, assim, o trabalho de incorporação da EA ao currículo escolar também perpassa pela construção de uma educação escolar de qualidade, já que a educação ambiental resgata as dimensões que pouco a pouco foram sendo sufocadas e esquecidas pela educação tradicional, alinhando, assim, a educação escolar a um cenário de crise socioambiental, onde os indivíduos repensem suas relações com a natureza.

Palavras-chaves: Educação Ambiental, Escola, Meio Ambiente, Análise histórica

Abstract: the environmental issue is no longer a concern of a few, as is driving more and more people's lives and the fate of the planet, in this sense, the present work it is an exploratory, descriptive, bibliographic and pure research, which had conclusions as the fact that the spot how environmental education has been incorporated into the school do little to build a transformative educational practice, critical and emancipatory, that they propose different progressive currents of environmental education. This is because, in most cases, the work focused on environmental issues are only in the field of ideas, rather than the thread on changing the school curriculum and subsequently, in order to see the man and his relationship with the medium, thus the incorporation of the work of the EA to the school curriculum also permeates the construction of a school quality education, as environmental education rescues the dimensions that little by little were being suppressed and forgotten by traditional education, aligning thus education to an environmental crisis scenario, where individuals rethink their relationship with nature.

Key words: Environmental Education, School, Environment, Historical analysis

Recebido em 22/02/2015

Aprovado em: 05/05/2015

INTRODUÇÃO

Das preocupações atuais que envolvem o mundo em suas diferentes dinâmicas, a questão ambiental deixou de ser uma preocupação de poucos, já que está determinando cada vez mais a vida das pessoas e o destino do planeta. A escola, por sua vez, sem sombra de dúvidas, passa a se mostrar sensível a essa problemática, já que se apresenta como o local ideal para a aquisição de uma consciência ecológica. As disciplinas escolares são os recursos didáticos pelos quais os conhecimentos científicos disponíveis sociedade já dispõem são colocados ao alcance dos alunos.

A escola, seguindo recomendações da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e das Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), acaba por incorporar a Educação Ambiental (EA) no contexto educacional, através das disciplinas das Ciências Naturais e Geografia. Contudo, se refletirmos, a escola privilegia os aspectos meramente naturais em detrimento dos aspectos sociais. Ademais, quando trata desse ponto, volta-se para a formação de atitudes preservadoras, que visam a um código de conduta e se despreocupam com a formação da consciência ambiental, em oposição à adesão momentânea ou ao modismo.

A oportunidade de estudar a incorporação da EA no ensino formal é de muita importância, já que permite visualizar a forma como as atividades voltadas à questão ambiental vêm sendo desenvolvidas. A educação formal deve ser vislumbrada como a forma, mas acessível de informação já que, “possui um grande potencial de transformação social” (MACHADO, 2007, p. 14).

Desse modo, esperamos com essa pesquisa contribuir para uma melhor aplicação da Educação Ambiental que implicará na aquisição da consciência ecológica nas salas de aula do ensino médio. Esperamos ainda que, possamos colaborar nas discussões e debates científicos voltado à mesma tônica, possibilitando novos métodos e melhores resultados em sala de aula e também fora dela, na vida cotidiana.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa configurou-se como exploratória, descritiva, bibliográfica e pura. Entende-se que a pesquisa exploratória é o primeiro momento investigativo, em que se procurará a familiarização com a temática. O estudo descritivo, por sua vez, é aquele que o pesquisador busca conhecer e interpretar a realidade, apresentando informações detalhadas acerca do objetivo de estudo (GIL, 2002; ANDRADE, 2003).

Quanto à investigação bibliográfica esta é desenvolvida com base em materiais já elaborados. Portanto, são fontes bibliográficas: livros, artigos, obras literárias, obras de divulgação, enciclopédias, anuários, almanaques, jornais, revistas, impressos diversos (VERGARA, 2007). Ainda, pode-se caracterizar a pesquisa como pura, visto que tal modalidade objetiva generalizações e baseia-se no desejo de conhecer, procura desenvolver os conhecimentos sem a preocupação imediata com sua aplicação prática (TAMAYO, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação ambiental

Nas últimas décadas, percebemos que a questão ambiental ganha importância e deixa de ser uma preocupação de poucos, passando a permear toda a sociedade. A problemática ambiental afeta a todos os povos, ignora fronteiras geográficas e o poder econômico, tornando-se, portanto, um desafio global para todos os habitantes do planeta.

O surgimento da educação ambiental se dá num momento em que se configura não só uma crise ambiental, mas sim uma “crise civilizatória, crise de referenciais epistemológicos, filosóficos e políticos que vem sustentando a modernidade” (TOZONI-REIS, 2002, p. 86). Essa crise pode e deve ser atribuída ao modelo de desenvolvimento capitalista adotado pela sociedade moderna, centrado nas necessidades consumistas, num antagonismo entre sociedade e natureza.

A década de 60 começava, exibindo ao mundo as consequências do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países ricos, traduzidos em níveis crescentes de poluição atmosférica nos grandes centros urbanos – Los Angeles, Nova Iorque, Berlim, Chicago, Tóquio e Londres principalmente (DIAS, 2004, p 77).

O debate crescente acerca de questões complexas e abrangentes, como a grandeza planetária, que alcançaram os problemas ambientais nesse momento histórico, colocou a educação numa posição fundamental, que é a de conduzir os educandos ao entendimento das relações entre sociedade e natureza e à participação como agentes transformadores da biosfera. Para tanto, a escola precisou ampliar sua atuação. Por isso, surgiu a dimensão ambiental na educação, a partir dos anos 60. Dias (2004, p 78) informa que, em março de 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, surgiu o termo Environmental Education (Educação Ambiental).

Educação Ambiental no Mundo

Para uma compreensão lógica da visão ambiental na educação devemos nos deter inicialmente numa busca histórica do conceito de Educação Ambiental. Tal conceito deve ser contextualizado nos anos sessenta e setenta do século vinte, período em que os problemas ambientais tomaram proporções maiores, despertando a consciência da sociedade. Isso não quer dizer que anteriormente a esse período não houvesse impactos do homem sobre a natureza, uma vez que a “*essência do homem é a transformação da natureza mediante o trabalho*” (FOLADORI, 2001, p. 107). O que torna esse momento histórico diferente é justamente a amplitude dos problemas ambientais e a preocupação humana com a sobrevivência

Vale lembrar que o conceito de educação ambiental não é fechado nem definido. Podemos afirmar que o encontro que aconteceu em Estocolmo, na Suécia, no período de 5 a 16 de junho de 1972, com a presença de 113 países que participaram da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, foi um marco na evolução da educação em perspectiva ambiental. A partir de então, as perspectivas social e econômica passaram a integrar a temática ambiental, antes vista de maneira dissociada das demais.

Observando as diversas definições de educação ambiental formuladas até o momento, percebemos que estas se completam e que parecem indicar que este é um recorte da educação em seu sentido amplo, pertencente a um projeto maior para a construção integral dos seres humanos. Vejamos algumas delas:

Preparação de pessoas para sua vida, enquanto membros da biosfera (MEADOWS, 1989, p. 112).

Muitas vezes o papel da educação ambiental foge até um pouco do âmbito do meio ambiente ao ajudar a formar o cidadão responsável, que respeita e cuida da comunidade dos seres vivos (OLIVEIRA, 1998.).

Em seu documento final, a *Conferência de Tbilisi* define a Educação Ambiental como sendo,

O resultado de uma reorientação e articulação das diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, fazendo possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais (UNESCO 1978).

Educação Ambiental no Brasil

De forma geral, vimos os principais eventos mundiais sobre EA e suas discussões. Contudo, considerando sua relevância, gostaríamos de apresentar os eventos nacionais e regionais sobre essa temática, já que estes representaram diretamente uma mudança na condução da EA no Brasil.

O sistema educacional brasileiro no ano de 1979, mesmo após a conferência de Tbilisi, publica um documento em que oferece propostas de ensino para os cuidados com o meio ambiente, sendo intitulado de *Ecologia*. Contudo, tal proposta foi considerada por muitos especialistas como reducionista, já que desconsidera aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos e outros, propostos em Tbilisi. Segundo Dias (2004, p. 83), “de forma surpreendente, porém como se desconhecêsse a existência da conferência de Tbilisi, o MEC publicaria, no ano seguinte, o documento *Ecologia* – uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus.”.

Em 1981 o Brasil publica a Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6.938, de 1981, que incorporou os objetivos da educação ambiental, definidos em Tbilisi,

determinando seus princípios, objetivos e a necessidade de promovê-la em todos os níveis de ensino, formal e não formal. Dias (2004) destaca que essa publicação “constitui-se num importante instrumento de amadurecimento, implantação e consolidação da política ambiental no Brasil” (p. 84).

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – foi criado no ano de 1989, como resultado de recomendações e articulações do programa Nossa Natureza. O IBAMA foi criado

Com a finalidade de formular, coordenar e executar a política nacional do meio ambiente. Competia-lhe a preservação, a conservação, o fomento e o controle dos recursos naturais renováveis, em todo território federal, proteger bancos genéticos da flora e da fauna brasileira e estimular a Educação Ambiental nas suas diferentes formas (DIAS, 2004, p. 88).

Contudo, a criação desse órgão não foi de todo satisfatório, pois, segundo Dias (2004),

Um dos grandes erros cometidos, após a criação do IBAMA, foi o não investimento em capacitação profissional de seus servidores, conforme recomendado pela comissão Interministerial, criada para propor a sua estrutura. Outro seria em relação à Educação Ambiental e significou a quase inoperância desse órgão em relação a essa área (p.88).

No ano de 1992, no Rio de Janeiro acontece a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, o mais importante evento ambiental que o mundo viveu, com dois fóruns paralelos de discussão: um oficial e outro popular. Conferência não só de importância ambiental, mas também social. Para Dias (2004), “a conferência Rio-92, atualmente, é reconhecida como o encontro internacional mais importante desde que o ser humano se organizou em sociedade” (p. 50). Em seu capítulo 36, trata do Fomento da Educação, Capacitação e Conscientização. Destacam-se, segundo Sorrentino (1995, p.22), os seguintes pontos:

- Promover o desenvolvimento sustentável e aumentar a capacidade das populações para abordar questões ambientais e de desenvolvimento;
- Adquirir consciência, valores e atitudes técnicas e comportamentos ecológicos e éticos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva no processo de adoção de decisões;
- Ocupar-se da dinâmica do meio físico/biológico, socioeconômico e desenvolvimento humano (que poderia compreender o desenvolvimento espiritual), integrando-se em todas as disciplinas e

utilizando métodos acadêmicos e neoadadêmicos e meios efetivos de comunicação;

- Dar preferência à responsabilidade e ao controle local para as atividades tendentes a fomentar a consciência do público;
- Adquirir conhecimentos que ajudem a conseguir empregos e a participar em atividades relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Do lado oficial, houve, na Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como o maior encontro de chefes de Estado já ocorrido na história, com mais de 170 representantes. Das discussões, resultaram cinco documentos com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no século XXI, identificando ações combinadas de proteção ao meio ambiente com desenvolvimento.

Sendo a *Convenção sobre as Mudanças Climáticas*, o primeiro deles, com o compromisso de estabilizar e reduzir a emissão de gases poluentes, provenientes da queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, gás natural e petróleo), principalmente pelos países desenvolvidos. A preocupação com a emissão de gases deveu-se à possibilidade de aumento da temperatura média do planeta e das mudanças climáticas dela decorrentes.

Outro documento foi a *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, que determinou princípios e valores quanto à proteção da biodiversidade que vem sofrendo ameaças nos diferentes ecossistemas do planeta por meio do estímulo à identificação e conservação de espécies em bases sustentáveis.

A *Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, contém 27 princípios e obrigações que os Estados terão que cumprir em relação ao meio ambiente e desenvolvimento, ratificou o a soberania dos Estados quanto ao aproveitamento dos seus recursos, orientando quanto a necessidade de que essas ações fossem norteadas para a sustentabilidade. Nessa declaração foi salientada a participação da mulher para que se pudesse garantir o desenvolvimento sustentável.

A *Agenda 21 Global* assinado pelos países que participaram, estabeleceu princípios e ações para a gestão ambiental de forma sustentável, objetivando orientar a sociedade civil em diferentes níveis de organização.

O embate entre a Conferência do Rio e a Conferência de Estocolmo, orientou-se para o desenvolvimento. Sendo assim, pode-se dizer que a Agenda 21, fruto dessa conferência, não é uma agenda ambiental, mas uma agenda de desenvolvimento

Como resultado do Fórum da sociedade civil o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, cujo enfoque principal foi a educação ambiental como instrumento para a formação de sociedades socialmente mais justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdisciplinaridade e diversidade, responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e internacional (PNEA, 2006).

CONCLUSÕES

O modo pontual como a EA tem sido incorporada na escola pouco contribuirá para a construção de uma prática educativa transformadora, crítica e emancipatória, a que se propõem as diferentes correntes progressistas da EA. Isso se dá porque, na maioria das vezes, os trabalhos voltados à temática ambiental ficam apenas no campo das ideias, em vez de ser o fio condutor na mudança do currículo escolar e, posteriormente, no modo de ver o homem e suas relações com o meio. Assim, o papel real da escola é contribuir para a constituição de uma nova ordem. Para Guimarães (2003), ao invés de contribuir para as transformações que nos levam a uma nova ordem social, a escola serve como um dos instrumentos que servem para manter o modelo social vigente.

Até chegarmos a uma educação crítica e transformadora, o caminho será árduo e longo. Muitas das vezes poderemos ter um sentido de impotência diante de tantas adversidades presentes no quadro educacional, o que nos levará a limitar nossas ações ante as possibilidades existentes. Contudo, se nos prendermos a ideias de falta de condições, de acomodação, nunca poderemos vislumbrar a mudança tão sonhada e prometida pela educação. É nesta perspectiva que a mudança deve ser vislumbrada integralmente, como um conjunto de outras práticas sociais que procuram transformar o modelo social vigente.

Temos consciência das péssimas condições de trabalho a que são submetidos a maioria dos professores; assim, seria injusto culpá-los pelo sistema educacional vigente. Desse modo, defendemos a união entre os diferentes setores que constituem a educação brasileira, como forma de solucionar os problemas vividos pela nossa educação.

Reafirmamos que o trabalho de incorporação da EA ao currículo escolar também perpassa pela construção de uma educação escolar de qualidade, já que a EA resgata as dimensões que pouco a pouco foram sendo sufocadas e esquecidas pela educação tradicional, alinhando, assim, a educação escolar a um cenário de crise socioambiental, onde os indivíduos repensem suas relações com a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CARVALHO, I. C. de M. **O "ambiental" como valor substantivo**: uma reflexão sobre a identidade da EA. 10: SAUVÉ, L.; SATO, M. Textos escolhidos em Educação ambiental: de uma América à outra. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002. p. 85-90. Disponível em: <<http://groups-beta.google.com/group/ILUSOFONIA>>. Acesso em: 10 agosto 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e praticas. 9ª ed. São Paulo: Guia, 2004.

- FOLADORI, G. O desenvolvimento sustentável e a questão dos limites físicos. In.: **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de M. Manoel, Campinas: Ed. da Unicamp. 2001. cap. 5 p. 101-140.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LOUREIRO, C.F.B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.176p.
- MACHADO, J. T. **Um estudo diagnostico da educação ambiental nas escolas do ensino fundamental de Piracicaba S/P.**—Piracicaba, 2007. [Dissertação de Mestrado], Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, centro de energia nuclear na agricultura. Universidade de São Paulo.
- MEADOW, D. H. Harvesting One Hundredfold. Unep/Unesco. 1989
- OLIVEIRA, E. M. de. **Educação Ambiental: uma abordagem possível**. Brasília: IBAMA 1998. (Meio Ambiente: estudos Educação Ambiental,1).
- PNEA – Órgão Gestos (MMA) MEC. Juventude, cidadania e meio ambiente. Brasília: UNESCO; 2006.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L.A. Educação Ambiental como Política Publica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v 3, n. 2, p. 285-299, 2005.
- TOZONI-REIS, M.F.C. Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição. **Ciência e educação**, Bauru, v. 8 n. 1, p. 83-96, 2002. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/pos/revista/index/htm/>. Acesso em 24 abril 2009.
- TAMAYO, M. T. y. **El proceso de la investigación científico: incluye evaluación y administración de proyectos de investigación**. 5. ed. México: Limusa, 2009.
- UNESCO, **Conferencia intergubernamental sobre educación ambiental. Informe Final, Tbilisi-URSS, Informe ED/MD**, nº 49, Paris, 1978.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.